

Auditoria ao processo de orçamentação - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)

SÍNTESE DE RESULTADOS

A auditoria junto do Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP (ICA) consistiu na análise do processo de elaboração e apresentação da proposta de orçamento e na avaliação dos mecanismos de monitorização e de revisão da execução orçamental e de prestação de contas. Esta ação incidiu essencialmente no ano de 2012, tendo a despesa global realizada, neste ano, atingido os M€ (milhões de euros) 12,1.

1. Principais conclusões

- A. Sobreorçamentação da despesa de M€ 2,5 em 2012 e da receita prevista para 2013 de M€ 14,8 (taxa de exibição aos operadores de televisão por subscrição não garantida);
- B. Não aplicação em 2012 e 2013 do orçamento base zero, embora tenham sido elaborados os documentos exigidos e seguida a tramitação do processo orçamental;
- C. Plano de atividades (PA) de 2012 não permite aferir o correto alinhamento da despesa prevista com os objetivos organizacionais do ICA;
- D. Incorreções nos procedimentos contabilísticos de registo dos encargos plurianuais (divergência de M€ 5,8 por não atualização de registos) e no classificador da despesa (em especial na contabilização dos apoios financeiros públicos concedidos);
- E. Incoerências ao nível do funcionamento do serviço e existência de deficiências nos sistemas de controlo interno e de prestação de contas.

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

- A. Promover a melhoria do processo orçamental através: da orçamentação ajustada aos objetivos operacionais; da adoção da orçamentação base zero; e do cumprimento das regras e procedimentos orçamentais;
- B. Reformular a contabilização dos apoios financeiros, por forma a adequá-la à tipologia da despesa que lhe é inerente;
- C. Atualizar as aplicações informáticas para uma resposta eficaz e eficiente, adequar a estrutura orgânica às competências do serviço e otimizar os recursos humanos afetos ao funcionamento;
- D. Melhorar o sistema de controlo interno e de prestação de contas.

(Relatório n.º 2163/2013, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2014-10-24).